



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

Registro: 2016.0000153311

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0029010-07.2008.8.26.0068, da Comarca de Barueri, em que são apelantes ODÍLIA RODRIGUES GOUVEIA (JUSTIÇA GRATUITA), CHRISTOFERLEE PINHEIRO GOUVEIA (JUSTIÇA GRATUITA), ROSEMEIRE PINHEIRO GOUVEIA (JUSTIÇA GRATUITA), LICIERE PINHEIRO GOUVEIA (JUSTIÇA GRATUITA), JOSÉ PINHEIRO GOUVEIA (JUSTIÇA GRATUITA), LAUDICÉIA PINHEIRO GOUVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA) e HELLIGREI PINHEIRO GOUVEIA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados CARLOS AUGUSTO DE SOUSA e RAFFA EXPRESS MOTOBOY LTDA.

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN (Presidente), FORTES BARBOSA E NETO BARBOSA FERREIRA.

São Paulo, 9 de março de 2016.

Carlos Henrique Miguel Trevisan
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

VOTO Nº 10.300

APELAÇÃO Nº 0029010-07.2008.8.26.0068

COMARCA: BARUERI (6ª VARA CÍVEL)

APELANTES: ODILIA RODRIGUES GOUVEIA, CHRISTOFERLEE PINHEIRO GOUVEIA, ROSEMEIRE PINHEIRO GOUVEIA, LICIERE PINHEIRO GOUVEIA, JOSÉ PINHEIRO GOUVEIA, LAUDICÉIA PINHEIRO GOUVEIA e HELLIGREI PINHEIRO GOUVEIA

APELADOS: CARLOS AUGUSTO DE SOUSA e RAFFA EXPRESS MOTOBOY LTDA.

JUÍZA DE PRIMEIRO GRAU: MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

ACIDENTE DE TRÂNSITO – Atropelamento de pedestre – Falecimento da vítima – Ação de indenização por danos materiais e morais proposta pelos filhos da vítima contra o condutor da motocicleta e sua empregadora - Rito sumário - Sentença de improcedência – Conduta culposa do condutor do veículo não comprovada – Pretensão indenizatória inexigível - Apelação desprovida

A sentença de fls. 317/322, cujo relatório é adotado, julgou improcedente a ação proposta pelos apelantes, entendendo a magistrada de origem que não houve conduta culposa do réu que conduzia a motocicleta e que, na verdade, foi a vítima quem deu causa ao acidente ao atravessar, de maneira desatenta e imprudente, avenida de intenso movimento.

Apelam os autores (fls. 326/340) alegando, em síntese, que há culpa exclusiva dos réus pelo acidente e que a responsabilidade entre eles é solidária e decorre de relação de emprego. Sustentam que há obrigação de reparar os danos causados em decorrência do falecimento da vítima, diante do incontroverso nexo de causalidade e das contradições entre os depoimentos das partes e das testemunhas. Afirmam também que a vítima atravessou regularmente a via pública, na faixa de pedestres, e que a motocicleta não reduziu a velocidade.

O recurso foi regularmente processado e respondido (fls. 346/354 e 356/362).

É o relatório.

Em síntese, os apelantes propuseram ação de indenização devido ao acidente de trânsito que vitimou fatalmente Maria de Lourdes Pinheiro Gouveia, sua genitora.

Consta da inicial que em 3 de outubro de 2006, por volta das 16 horas, na Estrada Municipal, Jardim Silveira, município de Barueri, nas proximidades do nº 468, a motocicleta conduzida pelo réu Carlos Augusto de Souza, que estava a serviço da empresa requerida, atingiu a vítima quando esta atravessava a rua. Apesar de ter sido socorrida, a vítima não resistiu aos ferimentos e morreu.

A inicial aponta também que o condutor da motocicleta tentou ultrapassar um ônibus e empreendia velocidade excessiva.

A sentença julgou improcedente a ação ao argumento de que *“a vítima foi a causadora do acidente, pois imprudentemente, sem as devidas cautelas, ainda que estivesse na faixa de pedestres, ou perto dela, atravessou a via pública sem o devido cuidado, desobedecendo, ainda, a sinalização de trânsito”*, dando ensejo à interposição do presente recurso pelos autores.

O inconformismo não comporta acolhimento, considerando que, ao contrário do que afirmam os apelantes, os elementos de convicção trazidos ao processo não se mostram suficientes a revelar que a causa eficiente do acidente foi a conduta atribuída ao réu Carlos Augusto de Sousa.

Consta do boletim de ocorrência que o corréu Carlos afirmou que *“estava transitando com seu veículo tipo motocicleta acima descrita, pela referida via no sentido bairro-centro quando a vítima supra qualificada atravessou a referida via, não conseguindo parar o veículo veio a atropelar a mesma”* (fls. 37/38).

A representante legal da corré Raffa Express Motoboy Ltda. prestou depoimento pessoal em audiência, afirmando que Carlos Augusto de Sousa trabalhava na empresa na época do acidente e que no dia do ocorrido não sabe se ele estava prestando serviços (fls. 206/207).

O réu Carlos também prestou depoimento em juízo,

declarando que “no dia que atropelou a vítima não estava prestando serviços para a Raffa, estava trabalhando para particular, cujo nome não se recorda”. Sobre o acidente, esclareceu que “existem duas faixas na subida e o depoente estava com a moto na esquerda. Na faixa da direita tinha um ônibus parado, em cima da faixa de pedestre. Logo deparou com a vítima atravessando na frente do ônibus. Freou a moto, mas acabou atingindo a vítima (...) a vítima não estava atravessando na faixa de pedestre. Não tinha visibilidade porque ela passou na frente do ônibus” (fls. 208/211).

A testemunha arrolada pelos autores, Ilda Lucia da Cruz, afirmou que saiu do posto do INSS, local do qual a vítima também tinha saído, e que o farol ficou vermelho quando a vítima estava atravessando a via, e, por ser pessoa idosa, não conseguiu correr. Disse ainda que não reconheceu o local da foto de fl. 169 e que “não olhou se a vítima estava atravessando na faixa ou um pouco mais para cima, estava na porta do INSS, depois do farol. Era possível ver o farol. Viu que ele estava fechado para pedestres” (fls. 211/213).

Os autores juntaram cópias dos autos do inquérito policial com os depoimentos da testemunha Luciano Hércules da Silva (fl. 303) e da coautora Odília Rodrigues Gouveia (fl. 304), os quais não presenciaram o momento em que o acidente ocorreu. Juntaram também cópia das declarações prestadas no inquérito policial pelo réu Carlos Augusto de Sousa (fl. 305).

Conforme pesquisa efetuada pelo relator no sistema SAJ, o inquérito policial instaurado para apuração dos fatos teve seu arquivamento determinado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Barueri, processo nº 0032276-70.2006.8.26.0068, em acolhimento a pedido formulado pelo Ministério Público.

Apesar de afirmarem que a morte da vítima foi provocada pela conduta do motorista da motocicleta, os autores não conseguiram comprovar suficientemente sua versão.

A única testemunha ouvida em juízo, Ilda Lucia da Cruz, que presenciou o acidente, afirmou que a vítima atravessou a rua quando o farol estava fechado para pedestres, tanto que havia outros carros em movimento no local, conforme croqui apresentado no laudo pericial de fls. 306/309.

Não ficou comprovada e é, portanto, de duvidosa veracidade, a alegação dos apelantes de que o atropelamento ocorreu no momento em que a vítima atravessava a rua pela faixa de pedestres.

A única declaração nesse sentido, e que ficou isolada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

no contexto probatório, é da testemunha Luciano Hércules da Silva (fl. 303), que não presenciou o acidente, mas disse que, conforme teria sido a ela informado pelo condutor da motocicleta, a vítima estava na faixa de pedestres.

Por sua vez, a já mencionada testemunha Ilda Lucia da Cruz, inquirida em audiência realizada nos autos da presente ação, viu o acidente, mas não soube afirmar se a vítima atravessava na faixa de pedestres.

Reputa-se, pois, não comprovada a versão trazida na petição inicial, de que o réu conduzia o veículo em alta velocidade, de que não empregou os cuidados necessários ao trafegar na via pública e de que atingiu a vítima quando esta se encontrava na faixa de pedestres.

A única certeza que se tem é a de que a vítima atravessou a rua quando o semáforo de pedestres estava fechado para ela, de modo que a MM. Juíza de primeiro concluiu de maneira acertada que “*a versão do réu de que a sra. Maria de Lourdes o surpreendeu por ter iniciado a travessia da via passando pela frente de um ônibus, o que impediu sua visão, encontra respaldo no conjunto fático probatório contido nos autos, não estando configurado os supostos desrespeito à preferência do pedestre*”.

Em suma, os autores estavam obrigados a comprovar a conduta culposa do condutor do veículo, mas não se desincumbiram desse ônus, de modo que a improcedência da ação foi corretamente reconhecida.

Ante o exposto, o voto é no sentido de se negar provimento à apelação.

CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN
Relator